

EDITAL Nº 3076/2025

O Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Serviço Social Autônomo (SSA), regulamentado por meio do Decreto nº 39.674, de 20 de fevereiro de 2019, sediado no TR SIA TRECHO 17 RUA 06 LOTE 115, ZONA INDUSTRIAL (GUARÁ), BRASÍLIA-DF, CEP: 71.200-216, por meio da Gerência de Compras, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará processo de compra/contratação, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando a **AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVE HOSPITALAR HORIZONTAL E DE SECADORA DE TRAQUEIA** nos termos da Resolução CONAD/IGESDF nº 3, de 29 de agosto de 2024, que aprovou Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em em 29 de agosto de 2024, Ano 53, Seção I, Edição Extra nº 56-A, Pág.1

1. AS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

DO REGRAMENTO

1.1. Este processo de compras e contratação respeitará o disposto no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF, disponível no endereço eletrônico Regulamento Próprio de Compras e Contratações - 2024

DAS PUBLICAÇÕES

1.2. O Extrato do Edital será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

1.3. Este Edital e seus anexos serão publicados no site oficial do IGESDF (www.igesdf.org.br), bem como na plataforma de compras APOIO COTAÇÕES (<https://www.apoiocotacoes.com.br>), podendo ocorrer, ainda a divulgação por outros meios, a exemplo de:

- 1.3.1. Redes sociais;
- 1.3.2. Jornais de grande circulação;
- 1.3.3. Mensagem Eletrônica a potenciais fornecedores.

DO OBJETO

1.4. O presente processo de aquisição/contratação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVE HOSPITALAR HORIZONTAL E DE SECADORA DE TRAQUEIA**, conforme especificação detalhada do objeto, segundo o rito estabelecido no Título II do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, para atender às necessidades das unidades de saúde administradas pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF), em conformidade com especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

DO PRAZO PARA ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS

1.5. O período de acolhimento das propostas será de 05 (cinco) dias úteis, entre os dias **24/02/2025 a 28/02/2025**.

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

1.6. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** no julgamento das propostas o modo de disputa será fechado, que atendam adequadamente a descrição do objeto e as condições de participação deste Edital.

DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

1.7. Poderão participar dos processos de compras e contratações do IGESDF as pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras legalmente autorizadas a funcionar no Brasil, as quais possuam regularidade jurídica, fiscal e trabalhista em plena vigência.

1.8. As compras ou contratações de âmbito internacional ajustar-se-ão às diretrizes estabelecidas pelos órgãos federais responsáveis pela política monetária e pela política de comércio exterior.

1.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados de tradução juramentada e estar dentro do prazo de validade.

1.10. Fica vedada a participação nos processos de compras e contratações, conforme vedações previstas nos incisos I a VI do artigo 7º da Resolução SEI-GDF nº 03/2024:

- I - Dirigente ou empregado do IGESDF, incluindo os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração, Fiscal;
- II - Servidor público ou detentor de cargo em comissão ou função comissionada ou gratificada, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, que possa ter conflito de interesse com o IGESDF, na execução do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo, por intermédio da SES/DF;
- III - Parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau de pessoas elencadas nos incisos I e II;
- IV - Empresas apenas com suspensão pelo IGESDF, registrado no Banco de Dados do Instituto, bem como no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

1.11. Pessoas jurídicas nas quais as pessoas elencadas nos termos do item 1.10, incisos I e II, as quais tenham participação societária na qualidade de sócio administrador ou gestor da empresa; e

1.12. Empresas declaradas inidôneas pela autoridade competente.

DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES

1.13. Uma vez publicado o Edital, será aberto prazo, até o terceiro dia útil que antecede o período de acolhimento das propostas, para apresentação de impugnações, questionamentos técnicos ou esclarecimentos que se fizerem necessários, por parte de qualquer interessado, seguido de dois dias úteis para resposta aos questionamentos, com a possibilidade de publicação de errata. Em caso de errata ao edital, o prazo para acolhimento de propostas poderá ser prorrogado

1.14. Os pedidos deverão ser enviados ao Núcleo de Compras, por meio do endereço eletrônico: emendas.propostas@igesdf.org.br, informando no campo assunto o número do ID da cotação.

r

2. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

DO OBJETO DA AQUISIÇÃO

2.1. O presente processo de aquisição/contratação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVE HOSPITALAR HORIZONTAL E DE SECADORA DE TRAQUEIA**, conforme especificação detalhada indicada na tabela abaixo e na Plataforma Apoio Cotações, segundo o rito estabelecido no Título II do Regulamento Próprio de Compras e Contratações, para atender às necessidades das unidades de saúde administradas pelo Instituto de Gestão

ITEM	CÓDIGO MV	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANT. A SER ADQUIRIDA
		<p>AUTOCLAVE HOSPITALAR HORIZONTAL</p> <p>Especificação:</p> <p>UMA AUTOCLAVE USA O VAPOR PRESSURIZADO PARA GERAR CALOR ÚMIDO, ELIMINANDO MICRÓBIOS VIÁVEIS DE DISPOSITIVOS MÉDICOS NÃO SENSÍVEIS AO CALOR.</p> <p>A ESTERILIZAÇÃO A VAPOR MATA OS MICRÓBIOS DE FORMA EFICAZ E É FREQUENTEMENTE VISTA COMO O PADRÃO OURO DOS MÉTODOS DE ESTERILIZAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE.</p> <p>OS ITENS TÍPICOS A SEREM ESTERILIZADOS INCLUEM CONJUNTOS DE INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS, IMPLANTES CIRÚRGICOS, FLUIDOS DE IRRIGAÇÃO, DISPOSITIVOS DESTINADOS E USADOS POR PACIENTES EM ISOLAMENTO E INSTRUMENTOS OBSTÉTRICOS E ODONTOLÓGICOS. A AUTOCLAVE DEVE UTILIZAR VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO COMO AGENTE ESTERILIZANTE, COM REMOÇÃO DE AR POR VÁCUO PULSANTE, DESTINADO A ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAL POROSO, MATERIAL DE SUPERFÍCIE LISA, INSTRUMENTAL E VIDRARIA, E DESCARTE DA MATERIAL CONTAMINANTE AUTOCLAVAVÉL. INCLUINDO O TESTE “BOWIE & DICK”.</p> <p>A MONTAGEM DO EQUIPAMENTO DEVE ESTAR INCLUSA, BEM COMO, GARANTIA DE NO MÍNIMO 02 ANOS;</p> <p>DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NO VALOR FINAL DA PROPOSTA O FRETE DE ENTREGA</p> <p>- CARACTERÍSTICAS GERAIS:</p> <p>O AUTOCLAVE HORIZONTAL MICROPROCESSADA PARA ESTERILIZAÇÃO POR VAPOR SATURADO EM ALTA TEMPERATURA;</p> <p>O A UNIDADE DEVE POSSUIR PORTAS COM ABERTURA DUPLA COM SISTEMA DE VEDAÇÃO ATRAVÉS DE GUARNIÇÃO DE SILICONE POR PRESSÃO DE AR COMPRIMIDO.</p> <p>PORTAS PROVIDAS COM TRAVA DE SEGURANÇA, QUE IMPEÇA ABERTURA DURANTE O FUNCIONAMENTO, OU ENQUANTO HOUVER PRESSÃO INTERNA O CAMARA RETANGULAR COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 350L (±10%), PERMITINDO NO MÍNIMO A UTILIZAÇÃO DE 1 CESTO PADRÃO ISO O GABINETE EXTERNO COMPLETO, EM CHAPA DE AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 OU DE QUALIDADE SUPERIOR, COM ACABAMENTO POLIDO ESCOVADO, INCLUSIVE AS LATERAIS;</p> <p>O CÂMARA INTERNA CONSTRUÍDA COM CHAPAS ÚNICA DE AÇO INOXIDÁVEL AISI 316 L OU DE QUALIDADE SUPERIOR, COM ACABAMENTO QUE POSSIBILITA UM ASPECTO ESPELHADO E UNIFORME;</p> <p>O CÂMARA EXTERNA EM CHAPAS DE AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 OU DE QUALIDADE SUPERIOR; O DEVE SER DIMENSIONADA PARA A PRESSÃO DE TRABALHO; CORRESPONDENTE AS TEMPERATURAS DOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO;</p> <p>O TODA A TUBULAÇÃO CRÍTICA, FORA DO REVESTIMENTO DA CÂMARA, DEVE SER DE MATERIAL RESISTENTE A SUA CORROSÃO, USO INTENSO E A CONTAMINAÇÃO DA CÂMARA.</p> <p>- CONTROLES E INTERFACE COM O OPERADOR</p> <p>O TODO O SISTEMA DE COMANDO DEVE SER AUTOMÁTICO, MICROPROCESSADO E ELETRÔNICO, DE PROGRAMAÇÃO FLEXÍVEL E MONTADO DE FORMA A NÃO SOFRER EXPOSIÇÃO EXCESSIVA AO CALOR;</p> <p>O O PAINEL DE COMANDO DEVE SER COMPOSTO DE: UNIDADE DE CONTROLE - COMANDO MICROPROCESSADO, DOTADO DE PAINEL COM VISOR ALFANUMÉRICO, NA PARTE FRONTAL DO EQUIPAMENTO;</p> <p>O FONTE DE ALIMENTAÇÃO - ESTABILIZADA E COM SISTEMA DE SAÍDA DE BAIXA TENSÃO (24 VCC);</p> <p>O BOTÃO ON/OFF; E TECLADO ALFANUMÉRICO -</p> <p>PARA A SELEÇÃO DO CICLO DESEJADO E A DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE TEMPO PARA ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM;</p> <p>O A UNIDADE DEVE POSSUIR CONTROLE AUTOMÁTICO DE PELO MENOS UM DOS SEGUINTE PARÂMETROS:</p> <p>-NÍVEL DA ÁGUA,</p> <p>-CONTROLE AUTOMÁTICO DA TEMPERATURA DAS RESISTÊNCIAS,</p> <p>-CONTROLE AUTOMÁTICO DA PRESSÃO,</p> <p>-DESCARGA AUTOMÁTICA DA ÁGUA DO GERADOR PARA MANTER AS RESISTÊNCIAS LIMPAS,</p>		

-PROTEÇÃO DAS RESISTÊNCIAS ELÉTRICAS COM DISJUNTOR DIFERENCIAL RESIDUAL

O A UNIDADE DEVE POSSUIR UM REGISTRADOR DE GRÁFICO CIRCULAR OU DE TIRA, CAPAZ DE DOCUMENTAR MINIMAMENTE OS SEGUINTE PARÂMETROS:

-TEMPO TOTAL DO CICLO,

-AS FASES DO PROCESSO.

-O TEMPO DECORRIDO E

-ALARMES.

O A UNIDADE DEVERÁ PERMITIR AO USUÁRIO MINIMAMENTE A VISUALIZAÇÃO DE PELO MENOS UM DOS SEGUINTE ITENS:

-VALORES DE TEMPERATURA

-TEMPO, PRESSÃO

-NOME DA FASE EM ANDAMENTO

-SET POINT, CÁLCULO DO PERCENTUAL DE SATURAÇÃO DE VAPOR

-TEMPO RESTANTE PARA O TÉRMINO DO CICLO DE ESTERILIZAÇÃO

-GRÁFICO DAS TEMPERATURAS E PRESSÃO

-ALARMES

O SERÃO PREFERIVÉIS AS UNIDADES QUE PERMITAM A TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE DADOS PARA COMPUTADORES;

O PARÂMETROS CONFIGURÁVEIS, COM NO MÍNIMO 5 CICLOS PROGRAMADOS;

O A AUTOCLAVE DEVE PERMITIR REALIZAR TESTE DE VAZAMENTO E CICLO DE TESTE BOWIEDICK;

-SISTEMA HIDRÁULICO

O TODAS AS VÁLVULAS DO EQUIPAMENTO DEVERÃO SER DO TIPO PNEUMÁTICAS PARA INTERCEPTAÇÃO DOS FLUÍDOS;

O OS TUBOS PARA ACIONAMENTO DAS VÁLVULAS PNEUMÁTICAS DEVERÃO SER EM MATERIAL RESISTENTE A TEMPERATURA, A FIM DE GARANTIR QUE NÃO DANIFIQUEM NA PRESENÇA DO CALOR DA AUTOCLAVE;

O TODAS AS TUBULAÇÕES QUE POSSUEM PASSAGEM DE VAPOR PARA ESTERILIZAÇÃO DEVERÃO SER ISOLADAS TERMICAMENTE;

O TODOS OS FLUÍDOS LIBERADOS PELO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO DEVEM SER CONECTADOS DE FORMA HERMÉTICA COM O PONTO DE DRENO DO EDIFÍCIO, QUE LIGA ESSA LINHA DE DRENO A UM SISTEMA DE TRATAMENTO;

O O VAPOR LIBERADO NO FINAL DO PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO DEVE SER RESFRIADO EM UM CONDENSADOR E ENCAMINHADO AO MESMO PONTO DE DRENAGEM DESCRITO ACIMA;

O A ENTRADA DE AR PARA QUEBRA DE VÁCUO DEVERÁ SER ATRAVÉS DE FILTRO ABSOLUTO SUBSTITUÍVEL;

O A REMOÇÃO DO AR DEVE SER FORÇADA POR CICLO DE VÁCUO PULSANTE, ATRAVÉS DE BOMBA DE VÁCUO. A BOMBA DEVE SER DO TIPO MONOBLOCO COM ANEL D'ÁGUA.

-SISTEMA DE AQUECIMENTO/ GERADOR DE VAPOR

O FUNCIONAMENTO COM GERADOR DE VAPOR ELÉTRICO, INCORPORADO A AUTOCLAVE, DIMENSIONADO DE ACORDO COM A NORMA;

O O GERADOR DE VAPOR DEVE TER SEU CORPO ISOLADO TERMICAMENTE PARA DIMINUIR A IRRADIAÇÃO DE CALOR PARA O AMBIENTE; O .

O GERADOR DE VAPOR DEVE TER SEU FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO, ACIONADO POR SENSOR DE NÍVEL E CONTROLE DUPLO DE NÍVEL D'ÁGUA (NÍVEL BAIXO PARA ABRIR A VÁLVULA DE ALIMENTAÇÃO DE ÁGUA; E NÍVEL ALTO, PARA FECHAR A ENTRADA DE ÁGUA);

O DEVE POSSUIR SENSOR DE PRESSÃO PARA SEU COMPLETO MONITORAMENTO;

O DEVE POSSUIR UMA BOMBA CENTRÍFUGA, MONOBLOCO, DIMENSIONADA PARA ABASTECER ADEQUADAMENTE O GERADOR DE VAPOR;

O DEVE POSSUIR MANÔMETRO E VÁLVULA DE SEGURANÇA LACRADA, DE GATILHO, PARA DESCARGA MANUAL PERIÓDICA, E LIMPEZA, CONFORME NORMAS;

O A AUTOCLAVE DEVE TRABALHAR COM UMA FAIXA DE TEMPERATURA DURANTE O CICLO DE VÁCUO ENTRE 120 A 135°C ($\pm 5^{\circ}\text{C}$);

O A PRODUÇÃO DE VAPOR DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM O VOLUME DA CÂMARA E SER CAPAZ DE REALIZAR O AQUECIMENTO DO EQUIPAMENTO EM NO MÁXIMO 30 MINUTOS, PARTINDO DA TEMPERATURA AMBIENTE ATÉ A TEMPERATURA PRÓPRIA PARA ESTERILIZAÇÃO;

O A UNIDADE DEVE POSSUIR ISOLAMENTO TÉRMICO COMPOSTO POR: MANTA

UNIDADE

01

1

9974

CERÂMICA OU QUALQUER OUTRO MATERIAL QUE PERMITA UM COMPLETO E IDEAL ISOLAMENTO TÉRMICO, CONFORME NORMAS;

- SISTEMA DE ALARMES

O A UNIDADE DEVE POSSUIR ALARMES SONOROS E VISÍVEIS PARA ALERTAR O USUÁRIO CASO HAJA ALGUM PROBLEMA COM O CICLO.

O A AUTOCLAVE DEVE EMITIR ALARME MINIMAMENTE PARA OS SEGUINTE PARÂMETROS:

-TEMPERATURA ACIMA OU ABAIXO DO PONTO DE AJUSTE

-PRESSÃO DA CÂMARA OU FALHA DE TEMPERATURA

-INTERRUPÇÃO OU FALHA DO CICLO

-DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA

O A UNIDADE DEVE DISPOR DE SISTEMA QUE DESLIGUE O AQUECIMENTO DO EQUIPAMENTO ENQUANTO NÃO ESTIVER EM CICLO;

O A AUTOCLAVE DEVE POSSUIR DISPOSITIVO QUE NÃO PERMITA A ABERTURA DAS PORTAS ENQUANTO O EQUIPAMENTO ESTIVER EM OPERAÇÃO;

O O CICLO NÃO PODE INICIAR CASO A PORTA NÃO ESTEJA FECHADA;

O NA FALTA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA O EQUIPAMENTO DEVERÁ DESLIGAR AUTOMATICAMENTE;

O A UNIDADE DEVE PROTEÇÃO DAS RESISTÊNCIAS ELÉTRICAS CONTRA POSSÍVEIS SOBRETENPERATURAS;

-CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS:

O ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V OU 110V (60HZ), CONFORME TENSÃO DA UNIDADE BENEFICIADA;

O O EQUIPAMENTO DEVE SER ENTREGUE PARA FUNCIONAMENTO COM ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA;

-ACESSÓRIOS E OUTROS ITENS

O A EMPRESA DEVERÁ FORNECER UM SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA POR OSMOSE REVERSA COM EFICIÊNCIA DE ELIMINAR NO MÍNIMO 98% DAS IMPUREZAS DISSOLVIDAS E EM SUSPENSÃO. SISTEMA DEVERÁ SER FORNECIDO COM TODAS AS PARTES E PEÇAS NECESSÁRIAS, DEVENDO SER DIMENSIONADO DE ACORDO COM A CAPACIDADE DA AUTOCLAVE;

A EMPRESA DEVERÁ FORNECER OS SEGUINTE ACESSÓRIOS: NÚMERO DE CESTOS PADRÃO ISO EM AÇO INOXIDÁVEL SUFICIENTE E COMPATÍVEL COM A CARGA NOMINAL, INCLUINDO BACKUP PARA CADA CESTO;

O A EMPRESA DEVERÁ FORNECER OS DEMAIS ACESSÓRIOS E PEÇAS PARA ASSEGURAR A PERFEITA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA AUTOCLAVE;

-INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O A AUTOCLAVE DEVERÁ OBEDECER TODAS AS NORATIVAS DE CONSTRUÇÃO E SEGURANÇA VIGENTES, SEJAM ELAS NACIONAIS OU INTERNACIONAIS, AQUI CITADAS OU NÃO, QUE GARANTAM O PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO DE FORMA SEGURA E COM QUALIDADE NOS PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO;

O O DESENHO, OS MATERIAIS E A CONSTRUÇÃO DO EQUIPAMENTO DEVEM OBEDECER, NO MÍNIMO, AS EXIGÊNCIAS DAS SEGUINTE NORMAS: NBR 11.816 PARA ESTERILIZADORES A VAPOR COM VÁCUO; AISI PARA AÇO INOXIDÁVEL SOLDADO; ASME SEÇÃO VIII, DIVISÃO 1, PARA VASOS SOB PRESSÃO;

O OS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS AAMI / ANSI / ISO 11.134 E ABNT 11.134 E AAMI / ANSI / ISO 13.683;

O O SISTEMA DE OSMOSE REVERSA QUE DEVERÁ ACOMPANHAR A AUTOCLAVE DEVERÁ SER DIMENSIONADO DE ACORDO COM A SUA CAPACIDADE, CONFORME ESTABELECIDO PELA NBR/ISO 17665-1;

O A QUALIFICAÇÃO TÉRMICA DOS CICLOS DEVERÁ SEGUIR AS RECOMENDAÇÕES DAS NORMAS BRASILEIRAS ABNT NBR ISO 17.665 PARTES 1 E 2

2	9975	<p>SECADORA DE TRAQUEIA</p> <p>Especificação:</p> <p>SECADORA DE TRAQUEIA AUTOMATIZADA PARA SECAGEM DE CIRCUITOS RESPIRATÓRIOS, ANESTESIAS E INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS.</p> <p>O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SEU USO.</p> <p>DEVEM SER ENTREGUES COM O PRODUTO TODOS OS CABOS, CONECTORES, ADAPTADORES E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO CONJUNTO OFERTADO. BEM COMO MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.</p> <p>DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE GARANTIA DE, PELO MENOS, 02 (DOIS) ANOS A CONTAR DA DATA DE INSTALAÇÃO.</p> <p>DEVE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.</p> <p>A SECADORA DE TRAQUEIA DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DE 220 V/AC, 380 V/AC OU BIVOLT AUTOMÁTICA, 50/60 HZ, PADRÃO ABNT NBR 14136. - DEVE SER FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 OU QUALIDADE SUPERIOR; - DEVE POSSUIR ENGATE DAS TRAQUEIAS REMOVÍVEIS E COM BITOLAS ESPECIAIS PARA FACILITAR A OPERAÇÃO E ASSEPSIA; - PORTA FRONTAL FABRICADA EM VIDRO TEMPERADO; - CÂMARA COM CAPACIDADE PARA ATÉ 10 PRATELEIRAS PARA CESTO E SUPORTE PARA EXCESSO DE LÍQUIDOS NO INTERIOR DA CÂMARA DE SECAGEM; - FILTRO DE AR DO TIPO HEPA; - POSSUI COMANDO MICROPROCESSADO DE PROGRAMAÇÃO FLEXÍVEL PARA MEMORIZAR NO MÍNIMO 3 CICLOS DISTINTOS COM TEMPO E TEMPERATURA; - MECANISMO DE TRAVA DA PORTA PODERÁ SER MECÂNICO OU ELÉTRICO; - SISTEMA DE PROTEÇÃO ELÉTRICA POR MEIO DE DISJUNTOR MOTOR EM CASO DE SOBRECARGA DE ENERGIA ELÉTRICA; - DISPOR DE TECNOLOGIA COM POSSIBILIDADE FUTURA PARA IMPLEMENTAR REGISTRO ELETRÔNICO DOS DADOS; - CÂMARA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 300 LITROS; - TEMPERATURA DE SECAGEM PROGRAMÁVEL ATÉ 90°C, NO MÍNIMO; <p>DEVE ACOMPANHAR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE ACESSÓRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 (UM) CESTO; - PRATELEIRA(S) E/OU SUPORTE(S) COMPATÍVEL(IS) COM AS DIMENSÕES DA CAPACIDADE DO EQUIPAMENTO 	UNIDADE	01
---	------	---	---------	----

DAS AMOSTRAS E PROSPECTOS

- 2.2. O IGESDF se reserva o direito de solicitar amostras, prospectos, bulas, catálogos, fichas técnicas e/ou informações detalhadas para constatar se o produto ofertado apresenta as especificações exigidas na Seleção Pública.
- 2.3. A solicitação de amostra se dará ao fornecedor provisoriamente vencedor, quando realizada na fase de julgamento das propostas.
- 2.4. Quando solicitado, a amostra deverá ser apresentada no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação, juntamente com os catálogos, bula e/ou prospectos que contenham a descrição detalhada, em português, do produto ofertado.
- 2.4.1. Os prospectos, bulas, catálogos, fichas técnicas e/ou informações detalhadas, quando solicitados independente da amostra, deverão ser apresentados no **prazo máximo de 1 dia útil**, contados da solicitação.
- 2.5. Será reprovada, para o item avaliado, a proposta da empresa que não entregar a amostra no prazo previsto ou entregar a amostra fora das especificações mínimas exigidas neste Edital e seus Anexos.
- 2.6. Excepcionalmente, mediante apresentação de justificativa e/ou código de rastreamento da entrega, o prazo de recebimento das amostras poderá ser prorrogado, desde que a prorrogação do prazo não ofereça risco à continuidade dos serviços prestados pelo IGESDF.
- 2.7. As amostras deverão ser entregues no endereço SIA TRECHO 17 Rua 6 Lote 115 - Guarã, Brasília - DF, CEP 71.200-216 no horário de 08:00 às 16:00 horas, devidamente identificadas com o número do processo de compras e contratação.
- 2.8. As amostras entregues sem a devida identificação poderão acarretar na desclassificação da empresa, serem desconsideradas, bem como descartadas ou destinadas para outros fins sem ônus para o IGESDF.
- 2.9. Para avaliação da amostra, o IGESDF pode consumir e utilizar o material entregue. Neste caso, a amostra não será devolvida para o fornecedor. Caso seja possível, e em comum acordo entre as duas partes, as amostras poderão ser devolvidas, sendo o recolhimento de responsabilidade do fornecedor, dentro do prazo acordado. Caso a amostra não seja recolhida no prazo acordado, o IGESDF poderá descartá-la sem ônus.
- 2.10. Para as amostras que forem aprovadas, o quantitativo não será deduzido do montante a ser entregue, caso a empresa seja contratada.
- 2.11. Sendo a amostra apresentada reprovada, o Fornecedor será desclassificado.
- 2.12. A qualquer momento, durante o processo, o local de entrega das amostras poderá sofrer modificações, a critério do IGESDF.

DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 2.13. O item deverá ser entregue na unidade Hospital Regional de Santa Maria, endereço AC 102, Blocos, Conj. A/B/C - Santa Maria, Brasília - DF, CEP: 72502-100, das 08h00min às 16h00min horas. Contudo, a critério do IGESDF, poderá ser estabelecido prazo superior de entrega. Durante a vigência do instrumento contratual, o local de entrega para fornecimento poderá sofrer modificação, neste caso o novo endereço para entrega constará na ordem de fornecimento.

2.14. Prazo entrega: A entrega será única, **o prazo para entrega dos produtos será de 90 (noventa) dias corridos**, contados do recebimento pelo detentor da Ordem de Fornecimento, exceto quando, a critério do IGESDF, for estabelecido prazo superior na Ordem de Fornecimento.

DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA

2.15. Quando o fornecedor realizar emissão da Nota Fiscal deve obrigatoriamente constar número da Emenda, da Cotação e do Contrato.

2.16. O Fornecedor dirigir-se-á ao local da entrega, munido da Nota Fiscal, cópia do instrumento contratual e da Ordem de Fornecimento.

2.16.1. Os produtos deverão ser entregues no interior do local designado e o descarregamento dos mesmos será de responsabilidade do Fornecedor.

2.17. O Fornecedor deverá entregar, juntamente com o equipamento, o Manual Técnico e o Operacional em português e todos os acessórios para o perfeito funcionamento (cabos, plugues, etc).

2.18. Os certificados de calibração dos equipamentos deverão ser entregues juntamente aos equipamentos, caso a calibração seja aplicável.

DAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E INSTALAÇÃO

2.19. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s) dentro da mais perfeita integridade, sem avarias ou estragos, observando o seguinte:

2.19.1. A embalagem original deve estar em perfeito estado, sem sinais de violação, de acordo com legislação pertinente, e identificada com as informações: especificação, quantidade, data de fabricação, número de série, número do registro/cadastro do produto na ANVISA/MS, quando for o caso;

2.19.2. A embalagem deve ser adequada à natureza do objeto, portanto, resistente ao peso, à forma e às condições de transporte. Além disso, as embalagens externas (secundárias) devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo);

2.19.3. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) e o(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s).

2.20. Todo o equipamento, bem como sua instalação, deverá estar de acordo com as leis e normas vigentes e aplicáveis.

2.21. O Fornecedor deverá disponibilizar todos os equipamentos com data de fabricação e garantia, e serão avaliados pelos responsáveis técnicos da Unidade Solicitante.

2.22. Caso seja necessária adequação da infraestrutura para instalação do equipamento, a empresa, após assinatura do Contrato, deverá enviar os projetos elétricos, de climatização/exaustão e hidráulica, entre outros, para adequação do local pelo IGESDF, quando aplicável.

DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

DA GARANTIA TÉCNICA

2.23. Os equipamentos e materiais ofertados deverão impreterivelmente ter a assistência técnica autorizada pelo fabricante ou prestadores de serviço que possam visitar a região local onde os equipamentos serão instalados.

2.24. **O período de garantia dos equipamentos será de no mínimo de 24 (vinte e quatro) meses.**

2.25. No decorrer do período de garantia de aquisição, eventuais defeitos nos objetos fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada. Nesses casos, os produtos (materiais/equipamentos), componentes ou peças deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a Contratante no prazo de até 10 (dez) dias úteis imediatamente após o recebimento dos equipamentos.

2.26. Sempre que realizado suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas nos materiais e/ou equipamentos.

2.27. No decorrer da garantia de aquisição, será de responsabilidade da Contratada o custeio com transporte e guarda dos produtos, quando retirados para conserto em oficina especializada.

2.28. A Contratada deverá realizar manutenção gratuita nos materiais e equipamentos até o final da garantia de aquisição, incluindo manutenção corretiva com substituição de peças, caso necessário, e manutenção preventiva conforme recomendação do fabricante, calibração e teste de segurança elétrica, se aplicável.

2.29. O prazo de primeiro atendimento será de até 48 (quarenta e oito) horas úteis contadas da abertura do chamado via telefone ou e-mail, desconsiderando finais de semana e feriados, e o conserto deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, salvo comprovação de impossibilidade, reconhecida pela Contratante.

2.30. A manutenção dos equipamentos deverá ocorrer preferencialmente no Hospital ou UPA onde estiverem instalados os equipamentos. Caso não seja possível, a manutenção, a remoção do equipamento do Hospital ou da UPA até a Assistência Técnica Autorizada se dará sem qualquer ônus para a Contratante. Todos os custos de frete e seguro de transporte para remoção e envio do equipamento com defeito e de backup serão ônus da Contratada.

2.31. Durante a vigência da garantia de aquisição do equipamento, a CONTRATADA deverá garantir o Atendimento Técnico disponível em horário comercial.

DOS TREINAMENTOS

2.32. Deverá ser ministrado, no local de instalação, sem custo adicional, o treinamento operacional gratuito aos colaboradores que irão operar os equipamentos objetos deste edital e para sem qualquer custo adicional, para que utilizarão o(s) equipamento(s), de modo a cobrir os diferentes turnos de trabalho.

2.33. Os treinamentos deverão ser aplicados "in loco", apenas mediante solicitação e/ou aceite da CONTRATANTE e os treinamentos poderão ser realizados de modo remoto, desde que satisfaça as necessidades da CONTRATANTE, em até 02 (duas) semanas após instalação e testes do equipamento à CONTRATANTE.

2.34. Caso a CONTRATANTE constate que há a necessidade de reciclagens no treinamento operacional, durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá atender sem nenhum ônus adicional, desde que acordado entre as partes com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis e que não ultrapasse o teto do número de treinamentos, que será de 02 (dois) treinamentos por ano, durante a vigência da garantia de aquisição. Essas reciclagens quando aplicáveis poderão ser realizadas de modo remoto, desde que satisfaça as necessidades da CONTRATANTE.

2.35. A empresa será obrigada a fornecer treinamento técnico à no mínimo 04 (quatro) pessoas da equipe técnica (Engenharia Clínica) do Instituto, sem ônus à Contratante, de modo a permitir o diagnóstico inicial de eventuais falhas e a execução de manutenções de baixa complexidade nos equipamentos a serem adquiridos, após o término da garantia de aquisição.

3. DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS

CADASTRO DAS PROPOSTAS NA PLATAFORMA ELETRÔNICA DE COTAÇÃO

3.1. O participante deverá cadastrar o preço da cotação e anexar a documentação de habilitação na plataforma de compras, por meio do sistema eletrônico no site da plataforma de cotação, até a data e horário definidos.

3.2. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site de cotação nos campos específicos para login e senha.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.4. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Não será aceita, no mesmo item ou lote, a participação de duas ou mais empresas com os mesmos sócios e/ou representantes legais.
- 3.6. O participante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firme e verdadeira sua proposta de preços.
- 3.7. Os valores deverão ser apresentados em moeda corrente nacional e deverão estar inclusos todos os custos operacionais, frete, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que indicam direta ou indiretamente no fornecimento do produto.
- 3.8. Serão consideradas **04 (quatro) casas decimais após a vírgula** para os preços unitários e **02 (duas) casas decimais após a vírgula** para os preços totais;
- 3.9. A proposta apresentada terá validade de 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento da cotação.
- 3.10. Deverá ser ofertada uma única cotação, com uma única apresentação, com preços unitários e totais por item.
- 3.11. O item ofertado deve estar em conformidade com as especificações solicitadas na plataforma de compras, no ID da cotação vinculado à este Edital, devendo ser informado uma única marca e/ou fabricante e quando couber, informar modelo e/ou referência.
- 3.12. A apresentação da proposta implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo contrato e seus anexos.
- 3.13. O participante que registrar o preço do produto/serviço no portal de compras deverá enviar a proposta comercial bem como os documentos referentes à qualificação técnica, fiscal, trabalhista, jurídica e econômica-financeira, em consonância com o CNPJ cadastrado no portal.

4. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NA PLATAFORMA ELETRÔNICA DE COTAÇÃO

- 4.1. Para habilitação dos proponentes e seguimento da classificação das propostas, será exigida a seguinte documentação:

Habilitação Jurídica

- 4.2. Cópia da Cédula de identidade, quando se tratar de Pessoa Física;
- 4.3. CNPJ – Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- 4.4. Registro comercial ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado e/ou alteração, em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 4.5. Cópia do Documento de Identidade e CPF do Representante Legal da empresa;
- 4.6. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o encaminhamento do instrumento público ou particular, neste último caso, com firma reconhecida em cartório.

Habilitação fiscal e trabalhista:

- 4.7. União e Distrito Federal – Certidão Negativa de regularidade com a Fazenda Federal e Distrital, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa;
- 4.8. CNDT – Certidão Negativa de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou certidão positiva com efeitos de negativa;
- 4.9. FGTS – Certidão Negativa de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante Certificado de Regularidade;
- 4.10. Certidão Negativa de regularidade perante as Fazendas Municipal, Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADA;
- 4.11. CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Edital Minuta (162287860) SEI 04016-00120674/2023-14 / pg. 9 Geral da União;
- 4.12. CNJ – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 4.13. TCU – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;
- 4.14. A empresa poderá enviar o extrato da Consulta de Situação de Pessoa Jurídica presente no portal do TCU em substituição aos subitens 4.11 à 4.13.

Habilitação Técnica:

- 4.15. Registro ou cadastro dos produtos, ou dispensa do registro, no Ministério da Saúde/ANVISA, devendo constar a validade (dia/mês/ano) ou Cópia autenticada do registro no Ministério da Saúde publicado no D.O.U., grifando o número relativo a cada produto cotado ou Cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- 4.16. Ficará a cargo do Fornecedor, provar que o objeto do presente edital não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária, quando for aplicável.
- 4.17. Alvará Sanitário/Licença Sanitária ou Licença de Funcionamento, expedidos pela Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Distrital de acordo com a sede do fornecedor.
- 4.18. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando aplicável.
- 4.19. Os equipamentos e materiais ofertados precisam ter assistência técnica autorizada no Território Nacional, portanto apresentar relação da rede de assistência técnica autorizada no Brasil.
- 4.20. **Apresentação de prospectos/catálogos dos objetos a ser contratado.**

Habilitação Econômico-Financeira:

- 4.21. Certidão Negativa de Falência ou Concordata (art.192, Lei nº11.101/2005), Recuperação Judicial ou Extrajudicial e Execução patrimonial, expedidas pelo setor de distribuição da Justiça Comum, Justiça Federal e Justiça do Trabalho do domicílio ou domicílios da pessoa física ou jurídica. Caso a participante esteja em processo de recuperação judicial, impossibilitada de atender a presente solicitação, deverá a mesma comprovar que efetivamente encontra-se em tal situação, devendo para tanto, apresentar certidão positiva ou documento capaz de demonstrar tal circunstância. Restando demonstrado que a participante encontra-se em recuperação judicial, tal situação não será motivo ensejador de inabilitação e consequente desclassificação, permitindo a sua participação na Seleção Pública, desde que atendidas as demais exigências e demonstrada a sua capacidade econômica para a execução do contrato.
- 4.22. As informações contidas no Sistema de Cadastramento Único de Fornecedores (SICAF) podem ser utilizadas para fins de comprovação dos requisitos habilitatórios exigidos neste edital.

Quanto à Representação:

- 4.23. Se representante legal, apresentar procuração por instrumento particular ou público, com poderes para praticar os atos pertinentes da Seleção de Fornecedores;
- 4.24. Na hipótese de procuração por instrumento particular, deverá vir acompanhada do documento constitutivo do proponente ou de outro documento em que esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário; e

4.25. O representante legal constante na procuração deverá apresentar documento comprobatório autenticado reconhecido nacionalmente (CNH, carteira de identidade, registro profissional ou outro), assim como do sócio outorgante.

4.26. Serão considerados como recebidos em ato conjunto com a apresentação da proposta comercial, os documentos previamente cadastrados no perfil do fornecedor na plataforma de cotação, para fins de habilitação jurídica e técnica. Poderão ser enviados de forma complementar aqueles com vigência expirada ou não cadastrados no sistema e exigidos neste Edital.

4.27. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

4.28. A critério do IGESDF, a qualquer momento durante o processo ou no prazo de vigência do instrumento contratual, poderá ser solicitado, para fins de comprovação, as cópias autenticadas ou originais da documentação exigida neste Edital.

5. DO PROCESSAMENTO DA SELEÇÃO

5.1. As propostas serão sigilosas até o prazo final de apresentação.

5.2. Não haverá sessão pública para abertura das propostas recebidas.

5.3. Será divulgada a lista de proponentes classificados e os preços ofertados em 1 (um) dia útil.

5.4. Em caso de empate entre 2 (dois) ou mais preços, deve prevalecer aquele que for recebido e registrado primeiro.

5.5. Efetuada a classificação das ofertas de preços no portal e realizados eventuais desempates ou preferências previstas na legislação, será recebida a proposta do licitante colocado em primeiro lugar no prazo estipulado no edital e, em seguida, promovida a verificação de sua efetividade.

5.6. Será desclassificada a proposta que:

- a) contenha vícios insanáveis;
- b) descumpra especificações técnicas constantes do Edital;
- c) apresente preços manifestamente inexequíveis;
- d) encontre-se acima do orçamento estimado para a contratação, cabendo neste caso negociação visando à adequação do valor ofertado;
- e) não tenha sua exequibilidade demonstrada;
- f) apresente desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os proponentes.

5.7. Para verificação dos valores exorbitantes e inexequíveis, deverão ser aplicados os seguintes critérios para cada item contido na planilha comparativa de preços:

5.8. Calcular a mediana do conjunto de valores ofertados;

5.9. Identificar os preços exorbitantes e inexequíveis como sendo aqueles que se apresentem 50% (cinquenta por cento) superiores ou inferiores, respectivamente, da mediana do conjunto.

5.10. Confirmada a efetividade da proposta classificada em primeiro lugar, será realizada a negociação para obtenção de condições mais vantajosas e a análise dos documentos de habilitação exigidos no edital.

5.11. A negociação poderá ser feita com os demais proponentes, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado;

5.12. Se depois de adotada a providência referida no item anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a seleção.

5.13. Se aprovada a documentação de habilitação, assim como as amostras e/ou os testes, se houver, o proponente será considerado habilitado e declarado vencedor.

5.14. O julgamento das propostas e da documentação será realizado com base nos critérios definidos no instrumento convocatório, observando-se a devida publicidade e transparência, mediante a divulgação de seus atos, e, ainda, os deveres de motivação das decisões proferidas e de prestação de contas a quaisquer interessados.

5.15. Rejeitada a proposta, o IGESDF desclassificará o licitante e iniciará a análise da proposta do próximo colocado, na ordem de classificação, observadas as regras do edital.

5.16. Aceita a proposta, o IGESDF classificará o licitante e iniciará a análise da documentação de habilitação.

5.17. A documentação de qualificação técnica será analisada segundo os critérios de julgamento fixados no instrumento convocatório.

5.18. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, o IGESDF poderá fixar prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação de habilitação escoimadas das causas que levaram à desclassificação ou inabilitação.

6. DA NEGOCIAÇÃO

6.1. Após a publicação do resultado preliminar, será aberto prazo de 01 (um) dia útil para negociação, no qual todas as concorrentes poderão manifestar interesse em reduzir o valor ofertado para patamar inferior ao vencedor provisório.

6.2. Não será admitida proposta apresentada intempestivamente.

6.3. Na fase de negociação, poderá ser solicitada a prorrogação do prazo de validade da proposta apresentada.

6.4. Na análise de aceitabilidade do preço ofertado, poderão ser solicitadas à empresa participante cópias de notas fiscais emitidas a, no máximo, 90 (noventa) dias ou contratos vigentes com outras empresas.

6.5. Na impossibilidade de apresentação dos documentos mencionados no item anterior, a empresa deverá apresentar Declaração de Preços, conforme modelo apresentado no ANEXO II deste Edital, informando os motivos e atestando que os preços praticados são compatíveis com os preços de mercado, sob pena de incorrer na prática do crime previsto no art. 299 do Código Penal.

7. DOS RECURSOS

7.1. Será publicada no sítio institucional do IGESDF a Ata Final de Resumo de Compras, na qual constará o histórico do processo.

7.2. Após a publicação da Ata Final de Resumo de Compras e/ou Contratações, será aberto prazo para recurso administrativo, a ser interposto em até 02 (dois) dias úteis.

7.3. O processo de compras e/ou contratações terá fase recursal única, após a publicação da Ata Final, momento em que a falta de manifestação dos participantes ensejará a preclusão do direito de recorrer.

7.4. Os recursos deverão ser enviados, por meio do endereço eletrônico: emendas.propostas@igesdf.org.br, informando no campo assunto o número da cotação ou por meio da plataforma Apoio Cotações.

7.5. Admitido o recurso, poderão ser intimados os demais interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões, concedendo-lhes o mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, que começará a ser contado do término do prazo recursal.

7.6. A falta de manifestação do fornecedor de interpor recurso importará na decadência do direito de sua apelação.

7.7. Encerrada a fase recursal, o objeto será adjudicado à empresa vencedora e, posteriormente, encaminhando o processo para homologação da autoridade superior.

8. DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Concluída a etapa de seleção de fornecedores com o fornecedor adjudicado, a autoridade competente procederá a homologação do processo.

8.2. Todos os avisos pertinentes a esse processo de aquisição/contratação serão publicados no site oficial do IGESDF (www.igesdf.org.br), não podendo os interessados alegar desconhecimento da informação.

9. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

DO ENVIO DE DOCUMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1. O vencedor deverá providenciar seu cadastro de usuário externo na plataforma SEI – conforme instruções apresentadas no Anexo V deste edital, tendo o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o instrumento contratual ou aceitar os termos equivalentes - Anexo III, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento de Compras e Contratações do IGESDF.

9.2. Na hipótese de o vencedor não possuir a documentação prevista no item 4 do presente instrumento ou não assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, o IGESDF poderá convocar a próxima empresa classificada de acordo com a Ata Final Resumo de Compras, respeitando a ordem de classificação, para firmar o instrumento contratual.

9.3. A referida vigência não exonera o fornecedor do cumprimento da garantia mínima do(s) produto(s), contados a partir da data do termo de recebimento definitivo do objeto.

9.4. O comprovante da prestação de garantia contratual deverá ser apresentado à Gerência de Contratos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

9.5. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses ou até a entrega total do objeto, o que ocorrer primeiro, a partir da data de sua assinatura.

9.6. A partir da assinatura do instrumento contratual ou aceite dos termos, a contratada fica obrigada ao fornecimento de seu objeto, observadas as especificações, quantidades e demais condições constantes deste Edital e de seus Anexos.

9.7. A contratada se obriga a manter o fornecimento de bens e serviços, caso exista risco a vida dos pacientes, por no mínimo 90 (noventa) dias ou até a celebração de contrato com outro fornecedor.

9.8. O fim da vigência contratual não exonera o fornecedor do cumprimento da garantia mínima do(s) produto(s), contados da data do termo de recebimento definitivo do objeto.

DO CADASTRO E QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES

9.9. A CONTRATADA deverá apresentar, em até 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura do instrumento contratual, o Formulário e Declaração de Integridade e Privacidade (Anexo II do presente Edital) devidamente preenchido, em atendimento ao Código de Ética e Conduta do IGESDF e às boas práticas de combate à corrupção e governança em proteção de dados pessoais. O preenchimento do Formulário e Declaração de Integridade e Privacidade é indispensável, sendo parte do instrumento contratual, independentemente de transcrição, e servirá exclusivamente para atendimento à Política de Integridade e Governança e à Política de Qualificação de Fornecedores do IGESDF.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, por meio de depósito bancário em conta corrente, contados do recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada pela Unidade responsável.

10.2. Sendo o pagamento realizado mediante depósito em conta corrente, o Fornecedor não deverá fazer a emissão de boleto bancário, sob pena de haver cobrança indevida.

11. DAS SANÇÕES

11.1. Sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da responsabilidade civil e penal cabíveis ao fornecedor, o descumprimento do contrato poderá acarretar as seguintes penalidades, precedido do devido processo legal, ampla defesa e contraditório:

I - Advertência;

II - Multa; e

III - Suspensão de participação em Seleção de Fornecedores e impedimento de contratar com o IGESDF, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

11.2. A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

11.3. A aplicação de multa não impede que o IGESDF rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste Regulamento.

11.4. A multa eventualmente imposta à contratada poderá ser descontada de qualquer crédito eventualmente existente em favor do IGESDF.

11.5. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do IGESDF, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias contados de sua notificação para efetuar o pagamento da multa.

11.6. Não ocorrendo o pagamento no prazo previsto no subitem 11.5, proceder-se-á a cobrança judicial da mesma.

11.7. As sanções previstas no item 11.1 poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.8. Na aplicação das sanções, serão consideradas:

I - A razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade do descumprimento das condições pactuadas e o vulto econômico da contratação;

II - Os danos resultantes do descumprimento das condições pactuadas;

III - A reincidência, assim entendida a repetição de descumprimento das condições pactuadas de igual natureza;

IV - Outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. O acompanhamento dos atos processuais deverá ser feito por meio do site <https://www.igesdf.org.br/> bem como do portal de compras.
- 12.2. Não serão considerados os documentos que não estiverem de acordo com as condições deste Edital e seus anexos, quer por omissão, quer por discordância.
- 12.3. Poderá o IGESDF revogar ou anular qualquer ato constitutivo ou derivado neste processo de aquisição/contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público devidamente justificado, sem que caiba ao fornecedor direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
- 12.4. O IGESDF poderá valer-se de pareceres técnicos e/ou jurídicos exarados por empregado/comissão devidamente constituídos, para embasar sua decisão quando do julgamento das fases de habilitação e proposta.
- 12.5. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da empresa que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido vencedora, poderá implicar na rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 12.6. É facultado ao IGESDF, em qualquer fase do processo de aquisição/contratação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do mesmo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.
- 12.7. O fornecedor convocado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 12.8. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 12.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o recebimento das documentações na data marcada, o prazo será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário.
- 12.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Autoridade Competente do IGESDF.
- 12.11. A empresa participante/contratada deverá manter seus dados sempre atualizados em todos os canais disponíveis de comunicação.
- 12.12. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do fornecedor e/ou do detentor, sujeitando-o às penalidades previstas no Regulamento Próprio de Compras e Contratações do IGESDF e no instrumento contratual.
- 12.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste Edital de seleção de fornecedores será o da circunscrição judiciária de Brasília-DF.

13. ANEXOS

- 13.1. Fazem parte integrante do presente Edital os anexos a seguir listados:

Anexo I	Modelo de Declaração de preços
Anexo II	Formulário e Declaração de Integridade e Privacidade
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Conhecimento
Anexo V	Instrução de acesso externo ao SEI



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO BISPO PESSOA - Matr.0001769-6, Chefe de Núcleo**, em 13/02/2025, às 15:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE AMANCIO REICHEL - Matr.0001983-5, Analista II**, em 13/02/2025, às 15:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=162773466 código CRC= **120DCB55**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SMHS - Área Especial, Q. 101 - Bairro Asa Sul - CEP 70.335-900 -